

sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

Data: 13-07-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Anabela Susana Rodrigues Alves Ribeiro Pinto*. — O Oficial de Justiça, *Rosa Rodrigues*.
303490836

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE FELGUEIRAS

Anúncio n.º 8279/2010

Processo n.º 219/10.6TBFLG — Insolvência de pessoa colectiva (requerida)

Requerente: Emília Rosa Coelho.
Insolvente: FATSPORT — Indústria de Calçado, Unipessoal, L.ª

FATSPORT — Indústria de Calçado, Unipessoal, L.ª, NIF 506283178, Endereço: Lugar de Subiscaia, Sousa, 4610-000 Felgueiras.

Dr.ª Cláudia Sousa Soares, Endereço: Rua D. Afonso Henriques. 564, 2.º Dtº Frente, 4435-006 Rio Tinto.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por Insuficiência da massa nos termos do artigo 232.º do CIRE.

Efeitos do encerramento: os previstos no artigo 233.º do CIRE.

Felgueiras, 03-08-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Luísa Roriz Mendes*. — O Oficial de Justiça, *Maria Alice Magalhães Teixeira*.
303564481

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE FELGUEIRAS

Anúncio n.º 8280/2010

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação) Processo n.º 617/10.5TBFLG

Insolvente: António Mendes Herdeiros, L.ª

Publicidade de deliberação nos autos de insolvência acima identificados em que são:

António Mendes Herdeiros, L.ª, NIF 502238062, endereço: Rua da Cabreira, n.º 170, Margaride, 4610-000 Felgueiras.

Manuel Reinaldo Mâncio da Costa, endereço: Rua de Camões, 218, 2.º, sala 6, 4000-138 Porto.

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, por decisão da Assembleia de Credores, foi aprovado Plano de Insolvência.

12-08-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Isilda Josefa Namora*. — O Oficial de Justiça, *Maria do Carmo Cunha*.
303598494

Anúncio n.º 8281/2010

Processo: 405/10.9TBFLG Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

Insolvente: J. Mendes & Irmão, L.ª

Publicidade de Deliberação nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

J. Mendes & Irmão, L.ª, NIF 502459972, Endereço: R. Agostinho Ribeiro, 343, 4610-273 Felgueiras

Manuel Reinaldo Mâncio da Costa, Endereço: Rua de Camões, 218 — 2.º Sala 6, 4000-138 Porto

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, por decisão da Assembleia de Credores, foi aprovado Plano de Insolvência.

12 de Agosto de 2010. — O Juiz de Direito, *Dr.ª Isilda Josefa Namora*. — O Oficial de Justiça, *Maria do Carmo Cunha*.
303598753

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA FIGUEIRA DA FOZ

Anúncio n.º 8282/2010

Processo: 1529/09.0TBFIG Insolvência pessoa colectiva (Requerida) N/Referência: 3321871

Requerente: Repsol Portuguesa, S. A.

Insolvente: Transportes Farinha & Dias L.ª, NIF — 501995463, com sede na Rua Rancho das Cantarinhas 100 — Fracção V, 3080-250 Figueira da Foz

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência da massa insolvente.

Efeitos do encerramento: as previstas no artigo 233 do C.I.R.E.

Figueira da Foz, 14-07-2010. — A Juíza de Direito, *Cristina Seixas*. — O Oficial de Justiça, *António Salvaterra Ferreira*.
303487175

5.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio n.º 8283/2010

Processo n.º 1464/10.0TBGMR

Convocatória de Assembleia de Credores nos autos de Insolvência acima identificados, em que é Insolvente: JAFIL — Serralharia, L.ª, NIF 505551861, Endereço: Rua Prf. Ilídio Lopes de Matos, Edif. Lameira, Lj. 14, 4805-120 Caldas das Taipas.

Administrador da Insolvência: Dr. Francisco José Areias Duarte, Endereço: Rua Duques de Barcelos, N.º 6, Barcelos, 4750-264 Barcelos.

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi dada sem efeito a data anteriormente designada para realização da Assembleia de Credores, tendo sido agora designado o dia 21-09-2010, pelas 14:30 horas, para a realização da referida Assembleia de Credores.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia (alínea c n.º 4 do Artigo 75.º do CIRE).

Guimarães, 12-08-2010. — A Juíza de Direito de Turno, *Dr.ª Idalina Ribeiro*. — O Oficial de Justiça, *Vítor Fernandes*.
303595715

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

Anúncio n.º 8284/2010

Processo: 1724/05.1TYLSB Insolvência pessoa colectiva (Requerida) N/Referência: 1569953

Credor: Adelino Tavares Pereira & Filhos, L.ª

Insolvente: Funerária Central de Rio de Mouro, L.ª

A Dr.ª Maria de Fátima Reis Silva, Juiz de Direito do 3.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa, faz saber:

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Funerária Central de Rio de Mouro, L.ª, NIF 504735985 e com sede em Avenida do Padre Alberto Nobre, n.º 89-A, Rio de Mouro.

Administrador de Insolvência: Dr.ª Natália Maria Madeira Relvas, com endereço em Rua Prof. João Barreira, n.º 18, 8.º- M, 1600-637 Lisboa.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra-identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência da massa insolvente.

Efeitos do encerramento:

1) O incidente de qualificação passa a prosseguir os seus termos como incidente limitado — artigo 232.º, n.º 5, do CIRE;

2) Cessam todos os efeitos decorrentes da declaração de insolvência, designadamente recuperando a devedora o direito de disposição dos seus bens e a livre gestão do negócio, sem prejuízo dos efeitos da qualificação de insolvência e do disposto no artigo 234.º do CIRE — artigo 233.º, n.º 1, alínea *a*), do C. I. R. E.;

3) Cessam as atribuições do administrador de insolvência, excepto as relativas à apresentação de contas e aos trâmites do incidente de qualificação da insolvência — artigo 233.º, n.º 1, alínea *b*), do CIRE;

4) Todos os credores da insolvência poderão exercer os seus direitos contra o devedor, no caso, sem qualquer restrição — artigo 233.º, n.º 1, alínea *c*), do CIRE;

5) Os credores da massa podem reclamar do devedor os seus direitos não satisfeitos — artigo 233.º, n.º 1, alínea *d*), do CIRE;

Data: 25-03-2010. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima Reis Silva*. — O Oficial de Justiça, *Abel Anjos Galego*.

303081518

Anúncio n.º 8285/2010

Processo: 1007/10.STYLSB Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

Insolvente: Sancarnes, L.^{da}
Credor: Coimbracarnes, L.^{da}

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 3.º Juízo de Lisboa, no dia 29-07-2010, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Sancarnes, L.^{da}, número de identificação fiscal 502814993, Endereço: Rua S. Francisco Xavier, 21 — 23, Póvoa de Santo Adrião, 2675 Póvoa de Santo Adrião, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Maria José Alves Cuiça Carrapito, Endereço: Rua São Francisco Xavier, N.º 23, Odivelas,

José Augusto Amaral Carrapiço, Endereço: São São Francisco Xavier, 23, Odivelas, a quem são fixados domicílios nas moradas indicadas.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Carlos José Coelho Tiago Tinoco Fraga, Endereço: Rua Luís de Camões, 1, Linda A Velha, 2795-125 Linda A Velha

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham., elaborado nos termos do artigo 128.º do CIRE.

É designado o dia 25-10-2010, pelas 15:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

É Obrigatória a constituição de mandatário judicial.

Data: 10-08-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Helena Leitão*. — O Oficial de Justiça, *Carla Statmiller*.

303589608

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LOUSADA

Anúncio n.º 8286/2010

Processo 1613/06.2TBLSD-K Prestação de contas administrador (CIRE)

Insolvente: A. C. Confecções, L.^{da}

A Dr.ª Sofia Lopes, Juiz de Direito de turno, faz saber que são os credores e a/o insolvente A. C. Confecções, L.^{da}, número de identificação fiscal 501472185, Endereço: Lugar da Pereira, Lustosa, 4620 — 283 Lousada, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Data: 10/08/2010. — A Juíza de Direito, de turno, *Dr.ª Sofia Lopes*. — O Oficial de Justiça, *Maria Adelaide Pereira*.

303590896

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE MATOSINHOS

Anúncio n.º 8287/2010

Processo Insolvência (apresentação) N.º 5126/10.0TBMTS

Insolvente: Paula Luzia Pereira dos Santos

Administradora Insolvência: Cláudia Margarida de Sousa Soares

No Tribunal Judicial de Matosinhos, 2.º Juízo Cível de Matosinhos, no dia 06-08-2010, pelas 18.15 h, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora:

Paula Luzia Pereira dos Santos, estado civil: divorciada, nascida em 04-09-1965, natural de Portugal, concelho de Matosinhos, freguesia de S. Mamede de Infesta [Matosinhos], nacional de Portugal, número de identificação fiscal 148 717 608, bilhete de identidade n.º 7191136, Endereço: Rua da Conceição, N.º 1061, R/c, 4465-000 S. Mamede de Infesta, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Cláudia Margarida de Sousa Soares, número de identificação fiscal 207157065, cartão profissional 9357P, com escritório na Rua D. Afonso Henriques, 564, 2.º Dtº Ft, 4435-006 Rio Tinto, endereço de e-mail: claudiasoares-9357p@adv.ao.pt, telefone: 229758736.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* do artigo 36 — C.I.R.E.)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 20 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).